

# JK incluiu sociedade no debate sobre nacionalismo

Wilson Pedrosa/AE-03/12/99

*Sociólogos defendem abertura da discussão com diferentes classes sociais sobre que interesses movem as privatizações e se elas melhoram a vida da população*

LÚCIA KARAM

A defesa do desenvolvimento foi a marca do governo do presidente Juscelino Kubitschek, que ficou conhecido pelo seu Plano de Metas e pelo slogan da viabilização do crescimento de “50 anos em 5”. Juscelino governou o Brasil entre 1956 e 1960 e concretizou o ideal de interiorizar o poder — construiu Brasília no meio do cerrado pelas mãos futuristas de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. O projeto nacionalista de industrialização, concebido no Plano de Metas, apoiava-se na instalação de usinas nucleares e da indústria automobilística, no aumento da produção de petróleo e na construção de rodovias e ferrovias.

A matriz desenvolvimentista de JK tinha duas características fortes: a inclusão das classes sociais no processo econômico (emprego e distribuição de renda) e a participação crescente do capital estrangeiro no mundo dos negócios (apesar das constantes críticas que recebia pela benevolência que teve com os investidores externos). Como resume o professor Brasilmar Ferreira Nunes, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), o período JK marcou a consolidação das classes sociais.

“A partir de JK, a classe operária se consolida, toma peso, a burguesia industrial assume a frente da economia e a classe média sustenta o modelo, do ponto de vista do consumo”, diz Nunes. “A entrada do capital estrangeiro era menos violenta, fazia-se pela associação com o capital nacional, com o Estado como agente econômico.” Sua afirmação tem como base a relação do capital externo com a economia, na qual, segundo ele, há hoje um ônus crescente — o de que o excedente gerado pelos investimentos estrangeiros não é reinvestido no Brasil.

**Outra moldura** — A professora Maria Salete Kern Machado, também da UnB, acha que a discussão sobre o desenvolvimentismo tem hoje outra moldura, assim como o debate sobre o nacionalismo. O embate político — que, de forma recorrente, envolve duas alas do governo Fernando Henrique Cardoso, a dos desenvolvimentistas e a dos monetaristas (com ênfase maior no ajuste fiscal do que no crescimento da economia) — deve, segundo ela, ser enquadrado no cenário do mundo globalizado. “Hoje, é difícil ser nacionalista; os países estão interligados e dependem de forças exteriores”, avalia. Maria Salete cita como produto dessas novas relações econômico-políticas a mudança profunda nas relações de trabalho, o desemprego crescente e

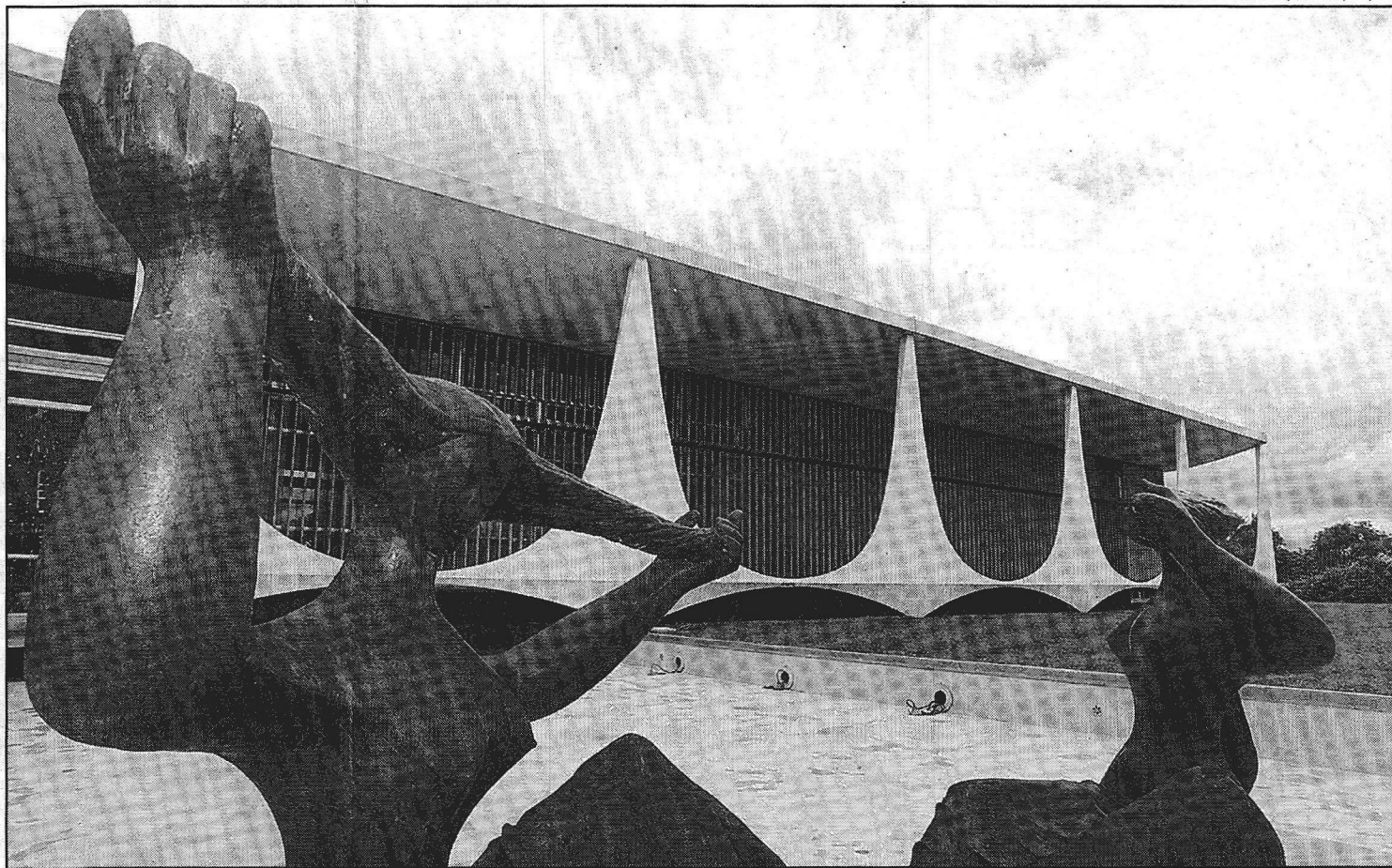
as alterações da jornada de trabalho.

Nunes aponta a existência de um novo paradigma tecnológico como outro fator a contribuir para dificultar o aprofundamento das teses nacionalistas. Como ele reconhece, o mercado externo não pode ser mais desprezado. “Não é o Brasil que está excluindo, é o progresso técnico que não permite emprego para todo mundo.”

**Contradição** — Para muitos, a contradição no discurso nacionalista de Juscelino estava na premissa de desenvolver o Brasil apoiado no capital externo. Mas, para Maria Salete, havia um ideário até mesmo na incorporação dos investimentos estrangeiros: era a forma de tornar viável a participação das diferentes classes sociais e a construção sonhada do País. “Mesmo na visão capitalista, havia um debate entre as forças de nacionalismo”, diz.

Ela lamenta que atualmente se exclua a sociedade civil desse debate e defende a necessidade de uma discussão mais clara e aberta para que se avalie que tipo de desenvolvimento se quer agora no Brasil, qual seu papel na globalização, que interesses estão no meio das privatizações e se elas estão levando a uma transformação social e a uma melhoria de vida da população.

“Na época de Juscelino, houve o desenvolvimento que integrou o território nacional, mas não houve a idéia do Brasil do futuro, como se previa: as indústrias automobilísticas que entraram na época, agora estão demitindo, e cada vez mais o Brasil foi entregue ao capital estrangeiro”, avalia a professora.



Palácio da Alvorada: arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer levaram seu estilo futurista para o cerrado na construção de Brasília

## INTERIORIZAÇÃO DO PODER

A mudança da capital do País para o interior atendeu a uma lógica de concepção de desenvolvimento urbano e modernização das classes sociais concebida no governo de Juscelino Kubitschek. Por trás da criação de Brasília havia um projeto nacionalista de industrialização, o Plano de Metas. “Fazer Brasília era parte da estratégia de trabalhar a concepção de nação dentro de um território físico, havia uma noção do lugar que ocupávamos no continente”, afirma o professor Brasilmar Ferreira Nunes, da Universidade de Brasília (UnB). Brasília nasceu, assim, como a “capital da esperança”, como é retratada com ufanismo no hino feito para sua inauguração, em 1960.

A socióloga Maria Salete Kern Machado, também professora da UnB, diz que, desde o século 19, havia a tentativa de povoar o interior do Brasil. Segundo ela, portanto, a idéia do governo federal atuando no Brasil central já estava no imaginário social, dentro de uma idéia nacionalista.

“A ida para o interior era vista como a forma de atrair poder político; a construção de Brasília era o principal item do Plano de Metas, e houve respaldo político; o período JK não foi ‘milagre’, houve forças políticas que permitiram que acontecesse”, afirma Salete.

A idéia de transferir a capital para o centro do País é muito anterior ao período JK. Antes da decisão de Juscelino de iniciar as obras, em 1956, um anteprojeto enviado à corte de d. Pedro I, em 1822, fazia referência a Brasília: “No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a capital deste reino, com a denominação Brasília ou outra qualquer.”

Um dos argumentos era o de proteger a capital de assaltos externos. Em 1789, a idéia foi cogitada pelos inconfidentes mineiros, e continuou sendo alimentada por outros projetos e estudos, até a capital ser finalmente inaugurada por JK em abril de 1960. (L. K.)